



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo N.º 10.875-001.889/90-19

mias

Sessão de 21 de novembro de 19 91

ACORDÃO N.º 202-04.643

Recurso n.º 85.798  
Recurrente METALÚRGICA JANDIRA LTDA.  
Recorrida DRF EM GUARULHOS - SP.

PIS-FATURAMENTO. - Suprimentos de caixa cuja entrega e origem não sejam comprovados, autoriza a presunção de omissão de receita sujeita à contribuição. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por METALÚRGICA JANDIRA LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, o Conselheiro OSCAR LUIS DE MORAIS.

Sala das Sessões em 21 de novembro de 1991.

*Helvio Escovedo Barcellos*  
HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - PRESIDENTE

*Elio Rothe*  
ELIO ROTHE - RELATOR

*José Carlos de Almeida Lemos*  
JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 13 DEZ 1991

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros JOSÉ CABRAL GAROFANO, ANTONIO CARLOS DE MORAES, ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES, JEFERSON RIBEIRO SALAZAR e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo Nº 10.875-001.889/90-19

Recurso Nº: 85.798  
Acórdão Nº: 202-04.643  
Recorrente: METALÚRGICA JANDIRA LTDA.

**R E L A T Ó R I O**

METALÚRGICA JANDIRA LTDA recorre para este Conselho de Contribuintes da decisão de fls. 19/21, do Delegado da Receita Federal em Guarulhos, que indeferiu sua impugnação ao Auto de Infração de fls. 07.

Em conformidade com o referido auto de infração, Termo de Verificação, demonstrativos e documentos que o acompanham, a ora recorrente foi intimada ao recolhimento da importância correspondente a 459,58 BTNF, a título de contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7/70, na modalidade PIS-FATURAMENTO, por omissão de receitas caracterizada por suprimentos de caixa cuja entrega e origem não se fizeram comprovados, referentes ao ano de 1985, no valor global de Cr\$ 1.079.823,218, conforme descrito no termo. Exigidos, também, correção monetária, juros de mora e multa.

Em sua impugnação a autuada não concorda com a exigência fiscal, alegando que a ação fiscal foi presumida, já que a fiscalização não teria se baseado em dados relevantes como os documentos das firmas que menciona, "que realizaram transações comerciais cujos pagamentos e notas fiscais encontram-se juntadas".

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10.875-001.889/90-19

Acórdão nº 202-04.643

Que por simples presunção fiscal é impossível autuar, pelo que requer a insubsistência do auto de infração, e, caso não seja entendido dessa forma, que o julgamento seja convertido em diligência a fim de comprovar que realmente o auto de infração padece de erro.

A decisão recorrida manteve a exigência fiscal sob os fundamentos de que, em resumo: a) que a documentação apresentada, se hábil, comprovaria créditos de caixa, jamais débitos; b) que o Parecer Normativo nº 242/71 é de meridiana clareza ao informar que os suprimentos de caixa devem ser comprovados com documentação hábil e idônea, coincidentes em datas e valores, a efetiva entrada e a origem dos recursos; c) que com o documento fornecido pela própria empresa, informando da impossibilidade de atendimento às solicitações feitas nas intimações, nada mais restava a fazer além da autuação; d) que pela documentação mencionada nos autos e pelo documento fornecido, há total desnecessidade de diligência.

Tempestivamente, a autuada interpôs recurso a este Conselho pelo qual reproduz suas razões e pedido de impugnação.

É o relatório.

-segue-

Processo nº 10.875-001.889/90-19

Acórdão nº 202-04.643

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ELIO ROTHE

Os suprimentos de caixa cuja prova da efetiva entrega e origem não se fizeram pela autuada, estão devidamente apontados na autuação.

A recorrente, tanto em sua impugnação como em seu recurso, insiste na comprovação, através de notas fiscais e duplicatas de emissão de terceiros, documentos esses que efetivamente não podem justificar débitos de caixa, quando muito somente créditos de caixa.

Por isso, o lançamento deve ser mantido, não sendo o caso do julgamento do recurso ser convertido em diligência, eis o que a recorrente não carreou para os autos nenhum elemento justificador.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1991.

*Elio Rothe*  
ELIO ROTHE